

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PARA ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

INCLUSIVE EDUCATION IN HIGHER EDUCATION: STRATEGIES AND PRACTICES FOR ELIMINATING BARRIERS

EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: ESTRATEGIAS Y PRÁCTICAS PARA LA ELIMINACIÓN DE BARRERAS

Érica Cindra de Lima¹

Victor Hugo Giacometti Abbas²

Andréa Silva do Nascimento³

Nicolle Pessoa Rosa⁴

João Felipe Machado da Costa Oliveira⁵

Gustavo Mercês Diniz Lopes⁶

RESUMO: Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura sobre Educação Inclusiva na Educação Superior, com foco na identificação e análise de práticas pedagógicas inclusivas voltadas ao atendimento de estudantes pertencentes ao público da Educação Especial (PAEE). A pesquisa buscou mapear políticas institucionais, estratégias pedagógicas e ações de acessibilidade implementadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), analisando seus impactos no acesso, permanência e participação acadêmica dos estudantes com deficiência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de Revisão Integrativa da Literatura, utilizando estudos publicados entre 2021 e abril de 2026 nas bases SciELO, Portal CAPES e Google Scholar. Os resultados evidenciam avanços relacionados à monitoria acadêmica, tecnologias assistivas, adaptação curricular e apoio institucional, embora persistam barreiras arquitetônicas, metodológicas e atitudinais que dificultam a inclusão plena no ensino superior. Conclui-se que o fortalecimento das políticas inclusivas depende da articulação entre acessibilidade, formação docente e suporte institucional contínuo.

1

Palavras-chave: Inclusão na Educação Superior. Práticas Pedagógicas. Políticas de Inclusão.

ABSTRACT: This study aimed to conduct an integrative literature review on Inclusive Education in Higher Education, focusing on the identification and analysis of inclusive pedagogical practices designed to support students who belong to the population of Special Education (TPSE). The study sought to map institutional policies, pedagogical strategies, and accessibility initiatives implemented by Higher Education Institutions (HEIs), examining their impact on the access, academic permanence, and participation of students with disabilities. This qualitative, exploratory, and descriptive study was developed through an Integrative Literature Review using studies published between 2021 and April 2026 retrieved from the SciELO, CAPES Portal, and Google Scholar databases. The findings indicate progress in areas such as academic mentoring, assistive technologies, curriculum adaptation, and institutional support. However, architectural, methodological, and attitudinal barriers continue to hinder full inclusion in higher education. It is concluded that strengthening inclusive policies depends on the articulation of accessibility measures, teacher education, and continuous institutional support.

Keywords: Inclusive Higher Education. Pedagogical Practices. Inclusion Policies. Accessibility.

¹Doutora em Psicologia Social Professora do Atendimento Educacional especializado IFRJ - Campus Duque de Caxias.

²Graduação licenciatura em química, IFRJ-Campus Duque de Caxias.

³Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). IFRJ-Campus Duque de Caxias, Docente Titular das disciplinas pedagógicas do IFRJ, campus Duque de Caxias.

⁴Graduação licenciatura em química, IFRJ - Campus Duque de Caxias.

⁵Graduando licenciatura em química, IFRJ - Campus Duque de Caxias.

⁶Graduando em Psicologia, Universidade Veiga de Almeida.

RESUMEN: Esta investigación tuvo como objetivo realizar una revisión integrativa de literatura sobre educación inclusiva en la educación superior, centrándose en la identificación y el análisis de prácticas pedagógicas inclusivas orientadas a la atención de estudiantes pertenecientes al público de la educación especial (PEE). La investigación buscó mapear políticas institucionales, estrategias pedagógicas y acciones de accesibilidad implementadas por las instituciones de educación superior (IES), analizando sus impactos en el acceso, la permanencia y la participación académica de los estudiantes con discapacidad. Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, desarrollada mediante una revisión integrativa de la literatura, utilizando estudios publicados entre 2021 y abril de 2026 en las bases de datos SciELO, Portal CAPES y Google Scholar. Los resultados evidencian avances relacionados con la tutoría académica, las tecnologías de asistencia, la adaptación curricular y el apoyo institucional, aunque persisten barreras arquitectónicas, metodológicas y actitudinales que dificultan la inclusión plena en la educación superior. Se concluye que el fortalecimiento de las políticas inclusivas depende de la articulación entre accesibilidad, formación docente y apoyo institucional continuo.

Palabras clave: Inclusión en la educación superior. Prácticas pedagógicas. Políticas de inclusión.

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui uma versão ampliada, aprofundada e atualizada de um trabalho preliminar apresentado no 11º Congresso Brasileiro de Educação Especial, realizado em 2025, pelos autores Lima et al. (2025), intitulado *Educação Inclusiva na Educação Superior: Estratégias e Práticas para a Eliminação de Barreiras*. A presente versão incorpora o aprofundamento teórico e metodológico da proposta inicial, bem como a ampliação das discussões e análises desenvolvidas a partir do estudo preliminar.

Nesta pesquisa, identificamos que nos últimos anos, o movimento de inclusão, presente na educação básica, alcançou também o ensino superior, trazendo à tona reflexões sobre a formação oferecida a alunos com deficiência (André, 2005; Castanho, 2006; Baptaglin, 2012). Embora as normativas legais assegurem o direito à inclusão, sua efetivação ainda enfrenta desafios na prática. O aumento expressivo de pessoas com deficiência buscando ingresso e permanência nas universidades tem provocado mudanças nas condições de acessibilidade e na postura dos professores.

As Instituições de Ensino Superior enfrentam o desafio de conciliar a democratização do acesso, que envolve um processo seletivo, com a garantia de um ensino de qualidade para todos, incluindo àqueles que apresentam condições sensoriais, físicas, intelectuais ou motoras que demandam maior suporte para o desenvolvimento de suas aprendizagens.

Pelo exposto, surgem algumas indagações dentre os envolvidos neste processo: Como atender os princípios da inclusão, garantindo acesso e permanência e êxito, com qualidade, dos alunos com deficiência no Ensino Superior? Como superar os equívocos de comparações entre os ajustes curriculares previstos para a Educação Básica e para o Ensino Superior?

Diferentemente da educação básica, que tem como objetivo assegurar a todos a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, o Ensino Superior tem como objetivo formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais. Neste sentido, tal especificidade precisa ser considerada na implementação da inclusão, pois demanda transformações complexas na estrutura e no funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e, conseqüentemente, na forma de pensar e de agir dos seus professores.

Por outro lado, historicamente, a Universidade se utilizou de um modelo de ensino que se baseava na formação de futuros profissionais com base na seleção e na competitividade. Agora, com a conquista ao menos sobre o paradigma da inclusão, propõe-se o acolhimento de todos os alunos, atendendo às suas especificidades para aprender, garantindo-lhes a acessibilidade necessária. De que forma essa transformação é possível? A universidade tem conseguido formar alunos com deficiência, em número expressivo, qualificados para atuar no mundo do trabalho?

Nesse contexto, é essencial possibilitar, nos ambientes acadêmicos, a discussão sobre o tema, com o envolvimento de toda a comunidade universitária, professores, alunos, funcionários e gestores. Afinal, é por meio do acesso ao conhecimento, por meio da troca de ideias e, principalmente, da articulação e mobilização social, que as instituições podem fomentar projetos e implementar ações a fim de tornar o curso superior um espaço cada vez mais democrático e inclusivo em nosso país.

Apesar da ampliação do acesso de pessoas com deficiência às universidades na última década, observa-se que a garantia do direito à permanência e à qualidade do aprendizado ainda é limitada e desigual. Esse cenário evidencia a urgência de repensar as práticas pedagógicas e políticas institucionais voltadas à inclusão, de forma a construir um ambiente educacional que contemple as especificidades dos diversos perfis de estudantes.

São muitas as indagações presentes nas práticas educativas e propostas políticas de inclusão no ensino superior, e, dessa forma, justifica-se o desenvolvimento deste estudo no sentido de refletir sobre esses aspectos e propor alternativas possíveis de ensino a esses alunos, garantindo, assim, a igualdade de condições e de equidade de todos.

MÉTODO

A pesquisa, de caráter investigativo e exploratório, foi direcionada à análise de artigos científicos, através de uma pesquisa de Revisão Integrativa da Literatura (RIL), com o objetivo de fundamentar teoricamente as discussões e identificar abordagens e práticas relevantes no campo da inclusão na Educação Superior.

A RIL, com abordagem exploratória, qualitativa e descritiva, utilizou estratégias de busca tendo como base a plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), o Portal Capes e o Google Scholar. Desse modo, priorizou a busca por artigos com relevância acadêmica e com atualidade científica. A formulação da estratégia de busca incluiu descritores controlados e termos livres, como: “Inclusão no Ensino Superior”, “práticas inclusivas”, “acessibilidade curricular” e “práticas pedagógicas”. Esses termos foram aplicados isoladamente ou combinados por meio de operadores booleanos (AND e OR), abrangendo estudos publicados entre 2021 e abril de 2026.

A revisão foi guiada pela seguinte pergunta norteadora: “Quais são as práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior?”. Seus resultados obtidos foram analisados e categorizados, de forma a embasar intervenções práticas e subsidiar futuros direcionamentos pedagógicos.

Para garantir maior precisão na escolha dos artigos, foram definidos critérios de inclusão e exclusão com base na relevância teórica e metodológica dos materiais analisados. Esses critérios asseguraram que apenas estudos pertinentes ao objetivo da pesquisa fossem incorporados.

Assim, como Critérios de Inclusão, as seguintes questões mostram-se pertinentes: a) O artigo foi publicado entre 2021 e abril de 2026? b) O artigo apresenta informações sobre práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior? c) O artigo oferece uma contribuição acadêmica para essa análise?

Em relação aos Critérios de Exclusão, descartamos os artigos que não dialogam com práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Superior. Após a análise minuciosa dos critérios de inclusão estabelecidos, foram selecionados um total de 14 trabalhos acadêmicos, incluindo artigos científicos, dissertações e estudos teóricos. Esses materiais abrangem discussões variadas sobre práticas inclusivas no ensino superior e serão detalhados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos permite identificar uma ampla gama de situações, avanços e lacunas, promovendo reflexões importantes sobre as práticas inclusivas adotadas e indicando caminhos para aprimorar tanto o acesso quanto à permanência desses estudantes nas instituições de ensino superior no Brasil.

Dentre os principais eixos abordados, destacam-se: acessibilidade, monitoria acadêmica, permanência acadêmica, capacitismo, e autonomia e protagonismo estudantil. Cada um desses aspectos será discutido de forma detalhada e aprofundada, tendo em vista sua relevância e impacto na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

O estudo de Jailma Silva e Adriana Pimentel (2022) teve como objetivo analisar a trajetória dos estudantes com deficiência visual. As autoras acompanharam seu ingresso e sua permanência na Universidade Federal da Bahia, buscando compreender o processo de inclusão vivenciado por eles. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com oito estudantes matriculados em diferentes cursos da instituição. A análise dos relatos revelou que tanto o acesso quanto a permanência no ensino superior são marcados por diversos desafios. Entre as principais dificuldades apontadas estão as barreiras físicas, a limitação no acesso a materiais didáticos, a recursos pedagógicos e a tecnologias adequadas, além de barreiras atitudinais, que acabam prejudicando o desempenho acadêmico desses estudantes.

No estudo de Cerqueira (2025), realizado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), são evidenciadas dificuldades como a ausência de rampas adequadas e a má conservação de elevadores, transformando a locomoção pelos campi em um verdadeiro obstáculo. De maneira semelhante, Silva (2025), ao analisar a Universidade Estadual Paulista (UNESP), destacam a carência de estruturas físicas acessíveis, como banheiros adaptados e outros recursos que assegurem conforto e autonomia para esses estudantes. Essas falhas estruturais não apenas limitam o acesso físico, mas também comprometem a integração e a plena participação acadêmica dessas pessoas.

Reforçando a gravidade dessas barreiras físicas, o estudo de caso realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) por Melo et al. (2025) revela que as taxas de evasão permanecem altas, especialmente entre estudantes com deficiência física. A pesquisa concluiu que as barreiras arquitetônicas e as falhas na sinalização nos campi são obstáculos

críticos que as políticas de assistência estudantil precisam enfrentar urgentemente para garantir a diplomação desse público.

Silva & Silva (2024) realizam seu estudo com uma pergunta norteadora “como acontece o processo de inclusão em uma instituição de ensino superior?” e tem como objetivo analisar o processo de inclusão dos alunos surdos do curso de Letras/Libras e buscar informações com esses jovens que evidenciam as principais dificuldades na inclusão no ensino superior. No desenvolvimento da pesquisa, nota-se a importância de escutar os próprios sujeitos, uma vez que é necessário entender a partir dos seus pontos de vista para realizar as alterações no âmbito inclusivo e como eles são rotineiramente negligenciados nessa interação. Outra dificuldade colocada pelos estudantes é o cenário ainda marcado por exclusão, pela invisibilidade; por dificuldades de interação com professores e colegas; e pela necessidade de maior reconhecimento da cultura e da identidade surda.

Apesar dessas barreiras, o avanço para além da acessibilidade física é registrado em algumas práticas, como as promovidas pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pelo Núcleo de Atenção Pedagógica e Inclusão (NAPI) da UNESP (Silva (2025). Nessas instituições, destacam-se a implementação de tecnologias assistivas — como leitores de tela e materiais em Braille e iniciativas que envolvem a adaptação curricular para atender estudantes com deficiência.

6

Alves et al. (2025) apontam em sua pesquisa que, nos últimos anos, houve uma alta significativa no número de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ensino superior. Nesse contexto, as tecnologias digitais surgem como ferramentas importantes para favorecer a inclusão acadêmica e psicossocial, embora muitas vezes não estejam totalmente adaptadas às necessidades desse público. Diante disso, este estudo teve como objetivo apresentar e discutir o processo colaborativo de desenvolvimento de uma tecnologia digital, o aplicativo Becca, voltada ao apoio da inclusão desse público. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada no Design-Based Research (DBR), priorizando a participação ativa dos envolvidos no processo de criação. Participaram do estudo 14 universitários com TEA, de duas instituições brasileiras, que contribuíram por meio de entrevistas e encontros de design participativo, colaborando na concepção, desenvolvimento e avaliação do aplicativo. Becca, que oferece funcionalidades voltadas à comunicação e à interação entre estudantes e professores, promovendo maior integração no ambiente acadêmico.

No entanto, o que se observa é que muitas universidades ainda encaram a acessibilidade como um "favor" e não como um direito consolidado. Como Silva (2025) ressaltam, iniciativas muitas vezes acabam sendo descontinuadas por falta de orçamentos estáveis ou dependem de esforços isolados de setores ou indivíduos.

A monitoria acadêmica tem se mostrado uma estratégia eficaz tanto para facilitar o desempenho acadêmico quanto para integrar socialmente os estudantes com deficiência. No estudo de Silva (2025), o NAPI da UNESP é apresentado como um modelo de excelência no uso de monitorias direcionadas, especialmente para estudantes surdos que apresentam dificuldades com a língua portuguesa na modalidade escrita. A prática da leitura compartilhada, por exemplo, além de facilitar a compreensão de textos acadêmicos, ajuda os estudantes a se sentirem acolhidos em um processo de aprendizagem verdadeiramente colaborativo.

No campo das estratégias pedagógicas, Santos & Oliveira (2025) destacam o papel da monitoria e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na UNESP e USP. A implementação do Plano de Ensino Individualizado (PEI) serviu como guia para os monitores, permitindo que o número de alunos com TEA atendidos subisse de um para 11. O estudo demonstra que a monitoria, quando aliada a um plano pedagógico específico, garante as adaptações necessárias para o desenvolvimento acadêmico.

7

Nessa mesma perspectiva, Pinheiro e Bentes (2025) analisam as contribuições da monitoria acadêmica como ferramenta de inclusão e acessibilidade no ensino superior, a partir dos relatórios de monitores do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Oeste do Pará. O estudo evidencia que as barreiras atitudinais, como a falta de interação, da comunicação e de acolhimento por parte de professores e colegas, configuram-se como os principais entraves para a efetivação da inclusão. Além disso, as autoras destacam que a atuação dos monitores se torna fundamental tanto para o apoio acadêmico quanto para a permanência dos estudantes com deficiência, ao mesmo tempo em que supre, ainda que parcialmente, a ausência de serviços especializados e de profissionais da área da Educação Especial.

Para o autor Almeida (2021), em sua pesquisa que teve como objetivo promover a inclusão acadêmica e social de estudantes com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista (TEA), a integração vai além do modelo tradicional de monitoria. O projeto englobava não apenas a adaptação pedagógica direta, mas também a inclusão dos estudantes em atividades culturais, como oficinas artísticas e eventos acadêmicos, além de disciplinas realizadas em conjunto com estudantes das licenciaturas regulares. Essa abordagem teve o foco em oferecer

aos alunos com deficiência não apenas oportunidades de aprendizado, mas também de explorar e desenvolver habilidades interpessoais, interagir em contextos variados e trabalhar na construção da sua autonomia e autogestão. Conforme registrado no estudo, esse modelo reforça o papel da universidade como um espaço plural e inclusivo, onde a convivência entre diferentes grupos fomenta a troca de experiências e o desenvolvimento da vida acadêmica e social dos estudantes com deficiência.

Um ponto sensível levantado por Cerqueira (2025) é a estrutura precária de muitas dessas iniciativas. As monitorias dependem, frequentemente, de bolsas insuficientes ou de voluntariado, o que limita sua abrangência e continuidade. Além disso, o autor apresenta práticas dos monitores que ainda reforçam relações de dependência, ao invés de promoverem a autonomia do estudante. Isso contrasta com o que é observado em instituições como a UFRB, que integram a monitoria a outros mecanismos de apoio, como acesso a tecnologias assistivas.

Nos casos relatados, o impacto positivo da monitoria é inegável, mas há uma clara necessidade de ampliar sua cobertura e formação, principalmente no que diz respeito à formação de monitores para lidar com demandas específicas, como o uso de recursos tecnológicos e a mediação em atividades pedagógicas inclusivas.

Os artigos analisados destacam que, para além das barreiras físicas e pedagógicas, o apoio psicológico e financeiro desempenha papel essencial. Cerqueira (2025) destaca na UFRB que as bolsas de permanência, como o Programa de Permanência Qualificada, são ferramentas indispensáveis para garantir a continuidade dos estudos, particularmente para estudantes com deficiência e em situação de baixa renda. Entretanto, o impacto dessas iniciativas pode ser limitado quando não vêm acompanhadas de ações estruturais, como suporte pedagógico e adaptação curricular. Estudantes com deficiência enfrentam custos adicionais em sua trajetória acadêmica, como a necessidade de tecnologias assistivas ou de transporte especializado, o que ressalta a insuficiência das políticas atualmente vigentes.

A efetividade dos programas de suporte ao aluno é discutida por Eisenberg & Duarte (2024) na PUC-Rio. Ao avaliarem 265 atendimentos psicopedagógicos, os autores reforçam que os programas de auxílio não devem ser apenas financeiros, mas também de suporte emocional e adaptativo. O acolhimento das dificuldades de adaptação cultural é apontado como um serviço essencial para garantir que o aluno consiga prosseguir em sua trajetória universitária.

Outro aspecto relevante é a integração da permanência com tecnologia e inovação. Como apresentado por Cerqueira (2025), o desenvolvimento de um aplicativo denominado

“UNIACESS”, que organiza rotinas e compromissos acadêmicos, se mostrou uma proposta inovadora para fortalecer o engajamento dos estudantes com deficiência.

Por outro lado, o abandono acadêmico frequentemente é causado pela falta de sensibilidade institucional. Oliveira & Fonseca. (2024) identificaram a frustração de estudantes surdos que, em diversas ocasiões, tinham o suporte de intérpretes de Libras suprimido sem aviso prévio, o que interrompia seu fluxo de aprendizado.

Lívia Fabiana Saço, Carmem Silvia de Souza Lima, Eliana Lúcia Ferreira (2025) apresentam, em seu estudo, o objetivo de identificar as principais barreiras e os fatores que possibilitam a inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior, por meio de uma revisão de escopo. A análise foi fundamentada na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner, que considera a interação entre pessoa, processo, contexto e tempo. O problema central apontado é que as pesquisas existentes tratam a inclusão de forma fragmentada, abordando aspectos isolados sem integrar essas diferentes dimensões. O estudo ressalta a necessidade de desenvolver estratégias mais integradas e sistemáticas, capazes de promover uma inclusão mais efetiva no ensino superior.

Helma Thayse Costa Silva e Michele dos Santos & Oliveira (2025), em seu artigo, identificam um estudo que tem como objetivo compreender os sentidos e significados atribuídos por estudantes surdos ao processo de inclusão no ensino superior. A pesquisa foi realizada com alunos de um curso de Letras-Libras (Licenciatura) de uma instituição pública localizada no estado de Alagoas. Os dados foram obtidos por meio das narrativas de quatro estudantes surdos e analisados com base nos “Núcleos de Significação”. Os resultados revelam que, apesar da existência de leis que garantem a inclusão, esses universitários ainda enfrentam um contexto marcado pela negligência. Suas experiências são atravessadas por exclusão e pela falta de reconhecimento e de respeito à identidade e à cultura surda.

O capacitismo foi identificado como uma barreira transversal nos artigos analisados. Ele não tem apenas impacto direto na vivência acadêmica dos estudantes com deficiência, mas também é um reflexo de uma sociedade que historicamente subestima suas capacidades e seus direitos. Silva (2025) destacam que o capacitismo acadêmico frequentemente se manifesta como a invisibilização dos estudantes com deficiência dentro da sala de aula. Muitos deles relatam, por exemplo, sentirem-se excluídos das dinâmicas pedagógicas ou enfrentarem descrédito por parte de professores sobre suas habilidades. Por outro lado, Macaro & Redig (2021), em um

projeto conjunto na UERJ, utilizaram eventos como o "Café Inclusivo" para conscientizar a comunidade acadêmica e fomentar espaços de escuta e troca.

Como continuidade dessa discussão, Almeida et al. (2025) analisam, por meio de entrevistas, narrativas com estudantes com deficiência, que a trajetória no ensino superior ainda é marcada por diversas barreiras, especialmente de ordem arquitetônica, pedagógica e atitudinal. Os participantes relatam dificuldades no acesso e na permanência, evidenciando limitações tanto na preparação docente quanto nas ações institucionais de inclusão. Além disso, o estudo aponta que, frequentemente, os próprios estudantes assumem a responsabilidade de comunicar suas necessidades e buscar estratégias para superar os obstáculos encontrados, o que reforça a necessidade de avanços mais efetivos nas práticas inclusivas no ambiente acadêmico.

Ainda mais importante, a formação docente destacou-se como uma solução recorrente. Silva (2025) ressaltam que sensibilizar professores para práticas inclusivas é essencial não somente para a eliminação de barreiras, mas para a construção de uma cultura institucional verdadeiramente acessível.

Silva & Galizia (2025) produziram o trabalho com o objetivo de investigar o acesso - processo de inclusão - e a permanência da comunidade surda no ensino superior, assim refletir e apontar os desafios. O estudo contou com três profissionais da universidade diretamente envolvidos com a comunidade surda no âmbito acadêmico, sendo realizada uma entrevista semi estruturada e com três perguntas norteadoras para caminhar pela temática proposta. Como resultado do estudo, observou-se: a) ausência ou a pouca quantidade de intérpretes de Libras para auxílio dos surdos em sala de aula ou eventos; b) um histórico de exclusão e estigmatização da comunidade surda; c) necessidade de processos de formação para os profissionais da instituição; d) grande dificuldade de acessibilidade comunicativa (Libras); e e) permanência da comunidade surda na universidade constitui-se em um verdadeiro desafio.

Quanto à preparação do corpo acadêmico, Silva et al. (2024) analisam a realidade da UEMG e apontam que a carência de formação docente continuada é um dos maiores entraves à inclusão. A pesquisa revela que muitos professores não possuem preparo para lidar com as especificidades de alunos com TEA e Superdotação/ Altas Habilidades, evidenciando que a gestão precisa investir em capacitação para preencher o 'vazio pedagógico' identificado nos editais e nas normas da instituição.

Um outro eixo destacado nos artigos refere-se ao protagonismo estudantil. Promover a autonomia e o protagonismo dos estudantes com deficiência é indispensável para que eles se

tornem agentes de sua própria formação e experiência acadêmica. Silva (2025) discute como práticas como monitorias, associadas a metodologias que envolvem o estudante em seus próprios processos, podem transformar relações dependentes em relações de empoderamento.

O projeto "Vivência Universitária" desenvolvido por Almeida (2021) é um exemplo de como estimular o protagonismo, integrando habilidades acadêmicas ao desenvolvimento de competências práticas relacionadas à vida social e futura carreira profissional. Da mesma forma, o uso de tecnologia assistiva na UFRB, como aplicativos adaptados, revela um caminho viável para que os estudantes conquistem maior independência na gestão de suas atividades.

Esses relatos contrastam com práticas ainda predominantes que mantêm os estudantes em papéis passivos. Oliveira & Fonseca (2024) mencionam que, em alguns campi, faltam programas consistentes que incentivem a participação ativa dos estudantes com deficiência nas decisões acadêmicas ou até mesmo em atividades extracurriculares.

Carvalho, Saço & Ferreira (2023) buscam dialogar e observar, através de uma pesquisa qualitativa, os relatos das pessoas com deficiência que ocupam esse espaço acadêmico e o desdobramento dos desafios relacionados à permanência, participação e aprendizagem. Como resultado, a pesquisa aponta para a necessidade da efetividade nas políticas públicas, uma vez que existe o aparato legal, mas a prática ainda é promotora da exclusão e desigualdade, com barreiras institucionais, pedagógicas e estruturais.

Toda discussão acima nos aponta para a necessidade de construir a cidadania sensibilizada e cooperativa com atitudes que garantam a acessibilidade e a permanência desses jovens no ensino superior. Há uma urgência, no contexto brasileiro, de alinhar avanço legal e jurídico com práticas efetivamente inclusivas, e este é o atual desafio deste nível de ensino.

AS BARREIRAS À INCLUSÃO IDENTIFICADAS NO ENSINO SUPERIOR

Os estudos analisados identificaram os diversos tipos de barreiras presentes no contexto do ensino superior, que inviabilizam a participação do estudante com deficiência e deixa de garantir, não só seu acesso, mas sua permanência e êxito.

Segundo a Lei Brasileira de inclusão nº 13.146 (BRASIL, 2015), barreiras V - barreira significa:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. (Artigo 3º, inciso IV).

A barreira arquitetônica foi identificada através da dificuldade ou impossibilidade relacionada à: a) locomoção em espaços físicos devido à ausência de adaptações, como rampas e elevadores funcionais; e b) obstáculos estruturais, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Barreira arquitetônica Identificada no Ensino Superior

Exemplos Relatados	Fontes
- Elevadores inoperantes em alguns campi (UFRB).	
Falta de rampas e sinalização precária que resultou na evasão de 127 alunos. (UFRPE)	Melo et al. ,2025
- Ausência de banheiros adaptados suficientes (UNESP - Marília).	Cerqueira 2025; Silva (2025)
-Universidades carecendo de acessibilidade, questões estruturais. (UNIOESTE e UEPA)	Silva (2025)
-Dificuldades relacionadas à estrutura física e organização dos espaços acadêmicos. (UFMG)	Barbosa, L., & Santos, W. R. 2009.
- Presença de escadas, de buracos e a falta de sinalizações nos diferentes ambientes (UFBA).	Silva et al. 2024.
- Falta de intérpretes de libras em lugares que não sejam o curso de Letras-Libras (Instituição de Ensino Superior em Maceió).	Silva e Galizia 2025.

Fonte: elaborado pelos autores.

A barreira Atitudinal refere-se às “ atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, artigo 3º, inciso IV, alínea ‘e’). Nos estudos ora analisados, foram relatados a existência de comportamentos e de preconceitos contra estudantes com deficiência, refletindo o capacitismo nos ambientes acadêmicos. Identificou-se, também, a presença de estigmas e de concepções preconceituosas a respeito da incapacidade dos estudantes com deficiência intelectual.

Neste cenário, a falta de preparo e de compreensão por parte de docentes e da comunidade acadêmica sobre as necessidades dos estudantes com TEA configurou-se um fator que expressa uma barreira atitudinal. Neste sentido, aponta-se para a necessidade de formação e sensibilização da comunidade acadêmica para a inclusão.

Quadro 2: Barreira atitudinal Identificada no Ensino Superior

Exemplos relatados	Fontes
Professores ignoram adaptações necessárias.	Silva (2025); Macaro & Redig (2021), Denardin & Silva (2025).
Estudantes sentem-se invisíveis nas dinâmicas de sala de aula (UNESP e UERJ).	Almeida et al. (2025).
Criação de estigmas e preconceitos de incapacidade. (UNIOESTE)	Denardin & Silva (2025).
Estigmatização de estudantes em uma posição de não saber. (UNIOESTE)	Denardin & Silva (2025).
Necessidade de orientação aos professores para adequação nas atividades pedagógicas (UEPA)	Almeida et al. (2025)
Falta de preparo pode comprometer o processo inclusivo. (UEPA)	Almeida et al. (2025)
Ausência ou insuficiência de apoio institucional. (UFMG)	Diniz et al. (2009)
Professores ignoram as adaptações necessárias (UFBA).	Eisenberg & Duarte (2024)
Estudantes sentem-se invisíveis tanto para colegas dos cursos, quanto para servidores da Universidade (UFBA).	Eisenberg & Duarte (2024)
Estudantes sofrem preconceito de colegas dos cursos (UFBA).	Eisenberg & Duarte (2024)
Estudantes se sentem excluídos e ignorados por pessoas ouvintes da Instituição de Ensino Superior em Maceió).	Silva e Galizia (2025)
Professores que ignoram adaptações e tratam a neurodivergência com resistência. (UNESP/USP)	Santos & Oliveira (2025)
A falta de preparo de outros atores, como gestores, alunos e servidores que compõem tal instituição para lidar com o processo de inclusão, somados à falta de empatia.	Silva e Galizia (2025)
Barreira comunicação: Limitação nos espaços para além do campus Letras-Libras. No espaço de Letras tem o intérprete que acompanha, mas em outros espaços não, causando a limitação na área que podem circular (UFAl)	Silva e Galizia (2025)

Fonte: elaborado pelos autores.

A barreira metodológica deriva de outros tipos de barreiras como atitudinal e comunicacional, pois refere-se à ausência de práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes com deficiência e ausência de apoio pedagógico estruturado.

Quadro 3: Barreira metodológica Identificada no Ensino Superior

Exemplos Relatados	Fontes
- Materiais acadêmicos não traduzidos em Libras.	Oliveira & Fonseca. (2024).
- Falta de adaptação de textos e currículos para atender necessidades específicas (UFJF e UFRB).	Cerqueira (2025). Denardin & Silva (2025).
-Práticas pedagógicas engessadas. (UNIOESTE)	Ponte & Silva, 2015)
Estudantes privados de mediações específicas dos conteúdos. (UNIOESTE)	Ponte & Silva, 2015)
-Falta de mediações e atividades adequadas. (UNIOESTE)	Ponte & Silva, 2015)
-Necessidade de adequação linguística nas avaliações. (UEPA)	
Necessidade de aceite de respostas orais nas avaliações. (UEPA)	
- Materiais acadêmicos não traduzidos em Libras (UFBA).	Silva et al. (2024)
- Falta de adaptação de aulas para atender necessidades específicas (UFBA).	Silva et al. (2024)
- Falta de intérprete de libras (Instituição de Ensino Superior em Maceió).	Silva e Galizia (2025)
- Professores não sabem se comunicar em libras, passam aulas orais e não tem interesse em aprender libras (Instituição de Ensino Superior em Naceió).	Silva e Galizia (2025)
Ausência de Menção a TEA/Altas Habilidades em documentos e falta de suporte emocional.	Eisenberg & Duarte (2024)
- Ausência ou a pouca quantidade de intérpretes de Libras para auxílio dos surdos em sala de aula, em eventos acadêmicos etc., somada à falta de empatia dos professores com tais alunos (UFSCar).	Silva e Galizia (2025)
- Através da análise do discurso foram identificados que não é necessário apenas incluir e dar a condição de entrada, mas investimento e qualidade na formação para obter permanência. (Alunos de instituições privadas de Ensino Superior)	Silva e Galizia (2025).
- A importância de investimento e formação ampla para todos os profissionais do ambiente acadêmico e não apenas os intérpretes que ficam restritos aos núcleos	Silva e Silva (2024)

Fonte: quadro desenvolvido pelos autores

Embora não discriminada na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), a barreira financeira, identificada no levantamento realizado neste presente estudo, relaciona-se à falta de recursos orçamentários destinados à promoção de ações relacionadas à inclusão educacional dos estudantes com deficiência corroborando para a ampliação das barreiras. Trata-se, também, de uma barreira relacionada à insuficiência de bolsas ou recursos extras para cobrir custos adicionais, como transporte e tecnologias assistivas.

Quadro 4: Barreira financeira identificada no Ensino Superior

Exemplos relatados	Fontes
- Bolsas de permanência limitadas (UFRB e UFJF).	Cerqueira (2025); Silva (2025).
- Reduzido suporte financeiro para tecnologias como leitores de tela (UFV).	Cerqueira (2025); Silva (2025)

Quadro 5: Procedimentos Pedagógicos e Principais Resultados

Autor e Ano	Procedimentos Pedagógicos Utilizados	Principais Resultados
Cerqueira (2025)	- Implementação do Programa de Permanência Qualificada para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. - Adoção de tecnologias assistivas, como leitores de tela e aplicativos organizacionais, para oferecer suporte acadêmico a estudantes com deficiência.	- Redução do abandono acadêmico em função do apoio logístico e financeiro. - Maior organização e engajamento de estudantes com deficiência em suas rotinas de estudo.
Silva (2025)	- Criação de monitorias personalizadas com formação específica para atender estudantes com deficiência. - Adaptação de materiais didáticos, incluindo o uso de Libras e suporte técnico-pedagógico.	- Aumento da participação acadêmica de estudantes surdos e redução das dificuldades com materiais escritos. - Melhoria na interação entre estudantes e professores.
Macaro & Redig (2021),	- Desenvolvimento do "Café Inclusivo" como espaço de interação cultural e pedagógica. - Atividades formativas voltadas à integração de estudantes com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista (TEA).	- Promoção da interação social e pedagógica entre estudantes com e sem deficiência. - Protagonismo e maior engajamento de estudantes com deficiência em atividades culturais.
Oliveira & Fonseca (2024)	- Criação de estruturas pedagógicas voltadas à adaptação de currículos para estudantes com deficiência auditiva. - Inclusão de intérpretes de Libras e tradução de materiais acadêmicos.	- Maior inclusão de estudantes surdos em atividades acadêmicas. - Redução das dificuldades de aprendizagem em disciplinas teóricas.

Silva (2025)	- Capacitação docente focada em metodologias inclusivas. - Rodas de conversa entre professores, estudantes com deficiência e familiares para mapeamento de dificuldades e soluções.	- Aumento da conscientização sobre práticas inclusivas entre professores. - Melhor atendimento às necessidades específicas de estudantes com deficiência.
Pereira et al. (2023)	- Uso de tecnologias assistivas no ensino remoto para estudantes com deficiência visual. - Adaptação dos cronogramas de estudo para contemplar diferentes ritmos de aprendizagem.	- Melhoria na acessibilidade de conteúdos no ensino remoto. - Maior autonomia de estudantes no gerenciamento de suas atividades pedagógicas.
Correia; Pereira & Campus, 2020	- Inclusão de disciplinas interdisciplinares relacionadas à acessibilidade no currículo regular. - Desenvolvimento de materiais pedagógicos acessíveis, como mapas e gráficos em alto-relevo.	- Expansão da compreensão de acessibilidade entre estudantes e docentes. - Participação mais ativa de estudantes com deficiência em disciplinas de caráter técnico.
Denardin & Silva (2025)	- Implementação de práticas de mediação docente voltadas ao ensino de estudantes com deficiência intelectual. - Oferta de atendimento educacional especializado por meio de programas institucionais. - Desenvolvimento de monitorias de conteúdos, com adaptação de materiais didáticos. - Acompanhamento contínuo dos estudantes em sala de aula, estágios e atividades externas à universidade.	- Melhoria no processo de aprendizagem dos estudantes com deficiência. - Fortalecimento da autonomia acadêmica. - Maior permanência no ensino superior, associada à mediação de qualidade e ao acompanhamento contínuo.
Pinheiro & Bentes (2025)	- Utilização da monitoria acadêmica como estratégia pedagógica. - Acompanhamento sistemático dos estudantes. - Mediação do processo de aprendizagem. - Apoio individualizado aos estudantes.	- Melhoria no desempenho acadêmico - Fortalecimento da aprendizagem. - Maior autonomia dos estudantes.
Silva. & Pimentel, A.(2022)	- Implementação do Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE). Teria como finalidade a acessibilidade de estudantes com necessidades educacionais específicas.	- Apoio e adaptação de conteúdos das aulas. - Redução de barreiras
Santos & Oliveira (2025)	- Elaboração colaborativa do PEI e mediação docente especializada.	- Inclusão de novos estudantes com TEA e redução de barreiras atitudinais.

Eisenberg & Duarte (2024)	-Atendimento psicopedagógico individualizado e escuta qualificada.	-Fortalecimento da saúde mental e redução dos índices de abandono.
Melo et al. (2025)	-Análise de fluxo escolar e acompanhamento pelo núcleo de acessibilidade.	-Mapeamento das causas de evasão e subsídios para novas ações de suporte.
Silva et al. (2024)	-Diagnóstico institucional através de análise documental e questionários	-Identificação da necessidade urgente de formação docente continuada.

Fonte: quadro desenvolvido pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados fornecem um panorama amplo e aprofundado sobre os desafios e avanços relacionados à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro.

Apesar de a legislação garantir o direito à educação inclusiva, ainda existem dificuldades para colocar em prática ações realmente eficazes, conforme apresentado nos artigos analisados, pois, seus resultados indicam que, embora tenham ocorrido progressos, a inclusão depende de mais investimentos em infraestrutura, formação continuada de professores e adoção de metodologias pedagógicas adaptadas.

Desse modo, a inclusão educacional demanda infraestrutura acessível, suporte pedagógico individualizado, combate ao capacitismo e fortalecimento da permanência acadêmica com políticas institucionais comprometidas com a eliminação das barreiras já mencionadas.

AGRADECIMENTO E FINANCIAMENTO

Ao IFRJ, pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Tecendo redes: vivência universitária de alunos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2021.

ALMEIDA, L. P. S. R.; LAHR, S. L. N.; GUIMARÃES, J. F.; BICALHO, M. G. P. Barreiras e estratégias de acesso nas trajetórias de pessoas com deficiência (PCD) no ensino superior: uma leitura a partir do conceito de territorialidades. Revista Brasileira de Educação Especial,

v.31, e 0132, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0132>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CARVALHO, Janine Lopes; SAÇO, Livia Fabiana; FERREIRA, Eliana Lucia. Intersecções dialéticas do protagonismo da educação especial inclusiva no ensino superior do Brasil: discursos sobre a deficiência. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 12, n. 3, p. 1208–1228, set./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68691>.

CERQUEIRA, Mayne Costa. Permanência na Educação Superior: Percepções de Estudantes com Deficiência da UFRB. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrb.edu.br/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

CORREIA, L. B.; PEREIRA, G. M.; CAMPOS, A. Inclusão e acessibilidade no ensino superior: um estudo sobre barreiras e soluções. *Revista Brasileira de Educação e Acessibilidade*, v. 8, n. 2, p. 45-58, 2020. Disponível em: <https://revistaeducacaoacessivel.uf.br/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

DENARDIN, Jaqueline Ângelo dos Santos; SILVA, Samilly Lorenzatto da. Deficiência intelectual no ensino superior: desafios no processo de acesso, permanência e conclusão. *Tempo da Ciência*, [S. l.], v. 32, n. 63, 2025.

MASCARO, Cristina Angélica; REDIG, Annie Gomes. Estudantes com deficiência intelectual na escola contemporânea: Práticas pedagógicas exitosas. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 66–79, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.57019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57019>. Acesso em: 16 set. 2026.

18

OLIVEIRA, T. S.; FONSECA, G. L. Monitorias Acadêmicas e formação continuada: promovendo inclusão no ensino superior. *Revista Interdisciplinar sobre Inclusão*, v. 9, n. 1, p. 75-90, 2024. Disponível em: <https://inclusaointerdisciplinar.uf.br/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

PEREIRA, Rosa Martins Costa; FERREIRA, Angélica Dias; LIMA, Joiciany Moraes de; RODRIGUES, Marilei. Tecnologias assistivas na educação remota com ênfase na deficiência visual. **Revista Culturas & Fronteiras**, v. 8, n. 01, p. 1-21, ago. 2023. DOI: 10.48212/8cbkxg91.

PINHEIRO, D.; BENTES, T. A monitoria acadêmica como instrumento de promoção da inclusão no ensino superior. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 51, e282497, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282497>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SANTOS, F. L.; OLIVEIRA, R. P. Tecnologias assistivas no ensino superior: desafios e possibilidades na formação de alunos com deficiência visual. *Revista Educação para Todos*, v. 10, n. 1, p. 33-50, 2021. Disponível em: <https://educacaoparatodos.uf.br/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SILVA J.; PIMENTEL A. A Inclusão no Ensino Superior: Vivências de Estudantes com Deficiência Visual. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Bauru, v.28, e0012, p.121-138, 2022.

SILVA, G. F. O papel do NAPI na UNESP: estratégias de inclusão para alunos com deficiência intelectual e física. *Revista de Inclusão Acadêmica*, v. 7, n. 3, 2022. Disponível em: <https://inclusaoacademica.unesp.br/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SILVA, Yara Rosa Romanelli Campos Gonçalves da; GALIZIA, Fernando Stanzione. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios dessa realidade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 51, e282663, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202551282663por>.